

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016**

2 **Data:** 03 de maio de 2016

3 **Horário:** 9h00

4 **Local:** Auditório da Secretaria da Habitação – Rua Boa Vista, 170 – 15ª andar - Centro - SP

5 **Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:**

6 **SEGMENTO ESTADO**

7	Amauri Pollachi	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
8	Carlos Eduardo Nascimento	Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE
9	Claudete Marta Hahn	Fundação Florestal
10	Gerson Salviano Almeida Filho	Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT
11	Jefferson Alexandro Smario	Casa Militar (Defesa Civil)
12	Laura Stela Naliato Perez	Secretaria do Meio Ambiente
13	Leila Tendrih	Secretaria de Planejamento e Gestão
14	Letícia Roberta Trombeta	EMPLASA
15	Luis Sergio Ozório Valentim	Secretaria da Saúde
16	Marcelo Poci Bandeira	Secretaria de Logística e Transportes / Dep. Hidroviário
17	Mônica Therezinha B. Rossi	CDHU
18	Ruy Waldemar Sellmer	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
19	Sérgio Luiz Damiani	Secretaria Estadual de Educação
20	Silvio Renato Siqueira	SABESP

21

22 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

23	Francisco Nascimento de Brito	Embu das Artes
24	João Carlos Piscirilli Ramos	Embu das Artes
25	José Soares Marcondes	Embu-Guaçu
26	Magner Alandey Dantas da Silva	Santo André
27	Marcelo Rodrigues da Motta	Itapecerica da Serra
28	Marcos Antonio Dantas Moura	Barueri
29	Osmar Silva Filho	São Caetano do Sul
30	Regina Satie Muranaka Tanigushi	Itaquaquecetuba
31	Solange Wuo Franco Ribeiro	Salesópolis

32

33 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

34	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
35	Dênis Duck	SASP – Sindicato dos Arquitetos de São Paulo
36	Francisca Adalgisa da Silva	APU
37	Francisco de Assis R. Além	CIESP São Paulo
38	Francisco Silveira Mello Filho	SINDAREIA
39	José Roberto Terassi	ACISE
40	Jumara Bocatto	Ass.dos Engenheiros e Arquitetos de Itapecerica da Serra
41	Olavo Sachs Prates	AE SABESP
42	Osni de Mello	SINDIPEDRAS
43	Ricardo Ferraz	CIESP - Oeste
44	Ronaldo Sérgio Vasques	FIESP

45	Shindi Kiyota	UNIÁGUA
46	Valdelis Fernandes de Andrade	Centro Universitário SENAC
47	Vanessa Lima Nunes Dias	SINDUSCON
48	Virgílio Alcides de Faria	Movimento em Defesa da Vida - MDV

49

50 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

51	Elias Zitune	SECOVI
52	Laura Gonçalves	CIESP Distrital Oeste
53	Silene Bueno de Godoy Purificação	SENAC
54	Silvana Franco Margatho	Secretaria da Agricultura
55	Tatiana Barreto Serra	Ministério Público do Estado de São Paulo

56

57 **1.Abertura e 2. Posse do novo Presidente, Prefeito Francisco Nascimento de Brito,**

58 **indicado pelo segmento Municípios:** Francisco de Assis R. Além, Vice-Presidente do CBH-

59 AT e representante da CIESP São Paulo, abriu a reunião em segunda chamada, agradeceu a

60 presença de todos e confirmou a existência de quórum. Chamou para compor a mesa:

61 Francisco Piza (FABHAT), Rui Brasil Assis (Coordenador de Recursos Hídricos) e Francisco

62 Nascimento de Brito (Prefeito de Embu das Artes e atual presidente do CBH-AT). Amauri

63 Pollachi (Secretário do CBH-AT e representante da SSRH) informou que em 1º de abril de 2016

64 foi recebida uma carta do presidente Benedito Rafael da Silva, informando sua renúncia por

65 motivos de impedimentos relacionado com a legislação eleitoral. Informou brevemente sobre a

66 ata da reunião de eleição do novo presidente do CBH-AT ocorrida em doze de abril de 2016,

67 onde estiveram presentes: Benedito Rafael da Silva e os dezoito representantes dos

68 municípios, onde por unanimidade indicaram o Prefeito de Embu das Artes, Francisco

69 Nascimento de Brito para assumir a presidência do CBH-AT até o final do mandato atual, que

70 se encerra em 31 de março de 2017. Francisco Além elogiou a conduta do Chico Brito nos

71 mandatos anteriores justificando a unanimidade em sua indicação. Chico Brito, no ato de sua

72 posse, agradeceu a mesa diretora do CBH-AT, Francisco Piza, Rui Brasil, aos representantes

73 dos municípios pela indicação, a manifestação positiva da Sociedade Civil e também aos

74 membros do Estado e de forma geral, aos demais pela oportunidade de estar novamente

75 assumindo o cargo de presidente do CBH-AT. Roberto Terassi (ACISE) concordou com a fala

76 do vice-presidente afirmando que a presente data é motivo de felicidade e expressou seu

77 contentamento pessoal informando que Chico Brito foi o melhor presidente do CBH-AT. Elogiou

78 também o ex-presidente, Benedito Rafael enfatizando a dificuldade de exercer o cargo. **3.**

79 **Leitura, discussão e votação da ata da 2ª Reunião Plenária de 2016, realizada em**

80 **17/03/2016:** O Secretário Amauri Pollachi, solicitou dispensa da leitura e submeteu a ata à

81 apreciação. Aberto as intervenções, Carlos Alberto Pinheiro de Souza (ACISE) informou que

82 as duas intervenções anotadas (linhas 209 a 217) estão incorretas. Alegou que o que o que foi

83 informado é que há uma série de projetos do Fehidro que estão inabilitados, seja pela

84 desistência dos tomadores ou que foram reprovados pelo agente técnico e questionou o porquê

85 destes orçamentos não terem vindo para 2016. Informou que inicialmente se falava em 46

86 milhões para este ano e agora tem-se 26 milhões. Outro questionamento foi relacionado ao

87 Manual de Operações, onde se dá a entender a “obrigação” da contratação de empresa

88 terceirizada para execução do empreendimento e exemplificou o Plano Diretor justificando que

89 os próprios técnicos que atuam nos municípios deveriam realizar o empreendimento até mesmo

90 para capacitação dos mesmos. Citou também que o PCJ tem um planejamento de quatro anos

91 e que em 2017, o CBH-AT siga o exemplo e estabeleça maior prazo para que se possa receber

92 os projetos com melhor qualidade e o agente técnico tenha maior prazo para analisar. Sugeriu

93 elaborar um texto sobre estas referências para ser colocado na Ata da reunião anterior. Amauri

94 informou que a ideia está devidamente exposta na Ata. Chico Brito, em sua proposta de
95 encaminhamento, propôs fidelidade da gravação da ata anterior. Carlos Alberto P. de Souza
96 concordou com a fidelidade da gravação e enfatizou ainda que nas linhas 300 a 302 não foi
97 mencionada a “secretaria executiva” e sim foram citados nomes, Amauri Pollachi e Bia
98 exemplificando que o documento elaborado na reunião ocorrida em Barueri, foi totalmente
99 alterado. Sugeriu para a Secretaria Executiva, por mais que se esforce, procure manter os
100 documentos elaborados pelos grupos de trabalho de formas originais. Submetida a votação a
101 Ata foi aprovada com uma abstenção. **4. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia:** Amauri
102 informou sobre alguns expedientes recebidos de maior relevância destacando (i) novo
103 calendário a respeito da Outorga do Cantareira recebido através das agências reguladoras e
104 informou também que está disponível no site da Agência Nacional de Águas – ANA, o relatório
105 que dá base à discussão prevista para este período, discussão essa em que o CBH-AT deverá
106 se posicionar até o final de junho; (ii) Nota Técnica, elaborada pela SABESP, referente as
107 operações da represa Paiva Castro por ocasião das grandes chuvas ocorridas em março; (iii)
108 agendamento das reuniões das câmaras técnicas com enfoque nas análises dos
109 empreendimentos FEHIDRO; e (iv) assuntos densos e extensos a serem discutidos ao longo
110 de 2016 justificando a necessidade de várias outras reuniões plenárias e também de câmaras
111 técnicas deste comitê; Rui Brasil, no mesmo raciocínio, informou ao plenário referente a uma
112 agenda que se trata de uma tentativa da coordenadoria de recursos hídricos em estabelecer
113 uma discussão Estadual sobre o planejamento exemplificando: “como fazer o plano de bacia”,
114 planejamento de locação de recursos, etc. Explicou que inicialmente iria ser feito de maneira
115 regionalizada, com as quatro regiões que se tem localizadas, porém, em função de economizar,
116 a proposta é realizar uma única Oficina, que implicará em uma seleção deste Comitê das
117 pessoas que vão participar devido as limitações de espaço. Estão programadas para os dias
118 30 e 31 de maio/2016 na SABESP Ponte Pequena. **5. Informações sobre apuração**
119 **conduzida pelo Ministério Público Estadual de São Paulo a respeito da FABHAT:** Rui
120 Brasil agradeceu a diretoria do CBH-AT, que concordou com a inclusão deste item na pauta,
121 para esclarecer algumas informações e considerações a respeito. Informou que no início de
122 março houve uma denúncia anônima ao ministério público sobre uma série de fatos que envolve
123 o CBH-AT. Estranhou o anonimato, uma vez que o sistema atua de forma democrática, livre e
124 que busca transparência justificando que a melhor solução seria o debate, por ser a lógica do
125 sistema do CBH-AT. Propôs a se manifestar por duas razões: pela manifestação, pois se trata
126 de uma questão pessoal, devido ao envolvimento de seu nome e principalmente pela questão
127 institucional, pois os nomes envolvidos, mencionando o próprio nome e também do Amauri
128 Pollachi, pois representam uma Secretaria de Estado. Informou que estiveram em audiência
129 com o Procurador por iniciativas próprias se dispondo a esclarecimentos de qualquer situação
130 julgada pertinente. Citou que possui 35 (trinta e cinco) anos de serviços públicos e todos os
131 cargos ocupados vieram através de convites. Destacou que em todas as organizações, há os
132 que se posicionam a favor e também os contrários. Organizações são “organismos vivos”, estes
133 organismos são pertinentemente atacados por bactérias, vírus etc. cabendo ao organismo vivo
134 gerar anticorpos para se defender desses ataques, que são permanentes. Ressaltou que se
135 espera que o Comitê tenha saúde e inteligência para produção desses anticorpos. Destacou
136 alguns pontos referente a denúncia: (i) que o Comitê teria 46 milhões em 2016 e existe um risco
137 de má aplicação do recurso público a despeito do esforço dos municípios e sociedade civil.
138 Respondeu a este, alegando ser de completa desinformação e que o denunciante não está
139 devidamente sintonizado. Enfatizou que o Estado continuará zelando pela boa aplicação devido
140 ser esta uma atividade obrigatória. Explanou que todas as atividades do Comitê são abertas,
141 transparentes e tudo que é aprovado, é através de votação; (ii) outro item foi mencionado foi
142 que o Rui Brasil, como coordenador de recursos hídricos, orienta os onze agentes técnicos
143 para aprovação ou não dos empreendimentos. Rui Brasil respondeu que estavam ali presentes

144 alguns dos agentes técnicos e que ao longo do ano são mais de seis mil agentes técnicos e
145 que estes estão sujeitos a toda fiscalização, justificando que a acusação não procede. Afirmou
146 a existência de problemas, contudo o Fehidro está sendo estruturado justamente por este
147 motivo; (iii) a necessidade de verificar as situações dos tomadores nos exercícios de 2013 a
148 2014, proposta de revisão do manual de procedimentos, aumento do poder do Estado e nada
149 de tripartite alegando autoritarismo e ilegalidade. Rui Brasil informou novamente que tudo o que
150 se discute é de forma clara e transparente, com participação de todos os segmentos em várias
151 as fases e informou que esta acusação também não procede; (iv) workshop realizado em 03
152 de fevereiro de 2016 com baixa participação da sociedade civil e forte participação do Estado.
153 Rui esclareceu que o evento foi divulgado em todo o sistema e que as inscrições foram
154 realizadas pela internet. Esclareceu que o workshop faz parte da metodologia de trabalho de
155 um contrato realizado pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH
156 esclarecendo que mais de 70% do custo não é oriundo do Fehidro, se tratando de doação da
157 Agência Nacional de Águas – ANA. Informou ainda que nenhum dos inscritos tiveram as
158 participações vetadas e que essa reclamação não se aplica a referida denúncia, pois se trata
159 de procedimento para estruturação do FEHIDRO; (v) projeto da EMLASA, de alto valor,
160 amplamente discutido e qual o objeto do trabalho é de conhecimento de todos e que este projeto
161 foi muito bem avaliado como sendo de muita importância. Esclareceu que o denunciante
162 revelou certo descuido, displicência e desatenção ao informar que o Instituto de Pesquisas
163 Tecnológicas - IPTA retirou a contrapartida alterando o que foi aprovado pelo agente técnico.
164 Rui Brasil mostrou a Deliberação do CBH-AT onde há um anexo que diz claramente qual era a
165 contrapartida do empreendimento mencionado que está disponível pois é público. Informou
166 ainda que não houve adulterações pelo IPT, contudo, o empreendimento tem a obrigação de
167 cumprimento pleno do escopo. Rui Brasil lamentou que se use deste expediente para fazer
168 afirmações infundadas, que não se sustentam e ainda criar um clima negativo e de
169 desconfiança. Disse ainda que o Comitê necessita construir um clima de trabalho conjunto,
170 onde se agreguem valores e conhecimentos. Finalizou informando que este assunto está sendo
171 acompanhado com preocupação e se permanecerá vigilante para que as coisas ocorram dentro
172 da normalidade institucional e legal, de acordo com as obrigações. Francisco Piza esclareceu
173 alguns questionamentos referentes a esta denúncia: (i) Funções empenhadas por Francisco
174 Piza, Amauri Pollachi e Rui Brasil. Informou que foi respondido oficialmente; (ii) o sistema pelo
175 qual são destinados os recursos do fehidro para projetos. Respondeu que através do MPO fez-
176 se o resumo para que pudesse ter sido instruído para o processo. (iii) Contrato da Exlibris:
177 Esclareceu que todo o processo foi posto em mídia e encaminhado ao Ministério Público. Disse
178 ainda que o anonimato é um ato de covardia. Chico Brito abriu as intervenções para que o
179 plenário faça seus comentários. Roberto Terassi (ACISE) informou que pelos conflitos e
180 divergências por ele anunciadas com relação ao presidente da FABHAT, pairou algumas
181 dúvidas de sua autoria frente a presente denúncia e esclareceu que este ato não fazia parte de
182 seu DNA. Informou ainda que a FABHAT é braço executivo deste Colegiado e sendo braço
183 executivo, há um conselho deliberativo e que todos os envolvidos emprestam seus respectivos
184 CPFs por atividades gratuitas e podem estar respondendo, por tabela ou consequência, algo
185 que se desconheça. Enfatizou ser dever deste colegiado, que, ao surgir uma comunicação
186 dessa, os participantes serem imediatamente informados e solicitou a resposta oficial da
187 FABHAT ao Ministério Público. Solicitou retirada dos termos impróprios utilizados
188 exemplificando o termo “covarde” por respeito ao autor da denúncia. Francisca Adalgisa (APU)
189 informou que seu nome também consta na denúncia como co-responsável pela coordenação
190 do Grupo de Trabalho Educação Ambiental, representante esta, da sociedade civil, mas que
191 atua para o Estado com o objetivo claro de propor projetos para obter recursos do fehidro para
192 seus interesses próprios. Informou que o(a) autor(a) do documento desconhece o
193 funcionamento do CBH-AT enfatizando que de fato foi um ato covarde. Com referência a

194 entidade, do qual é representante, ser de “fachada”, deixou em aberto a quem possa se
195 interessar o convite para uma visita para conhecimento da Associação dos Profissionais
196 Universitários da Sabesp – APU alegando que esta Entidade existe há vinte e oito anos e foi
197 criada para discutir recursos hídricos, gestão de recursos hídricos, foi uma das responsáveis
198 pela reestruturação da SABESP e sempre exerceu papel relevante dentro do sistema. Concluiu
199 solicitando ao denunciante que “prove” que a APU é entidade de “fachada” e também como
200 que uma Câmara Técnica desvia o recurso, sendo que todos os projetos passam por todas as
201 avaliações e que ainda são aprovados pelo próprio plenário. Carlos Alberto Pinheiro de Souza
202 (ACISE) referente a denúncia solicitou ao presidente do CBH-AT que convoque a Emplasa,
203 uma vez que a mesma está sendo mencionada e até o momento não se pronunciou sobre o
204 projeto. Comentou também, que o Amauri é o secretário, coordenador da Câmara Técnica
205 alegando que o mesmo toma o Comitê para si, ou por motivo de não haver ninguém que se
206 candidate aos cargos ou o mesmo tenha maior disponibilidade para assumi-los. Solicitou a
207 intervenção do presidente do CBH-AT na articulação entre os municípios devido baixa
208 participação nas reuniões das Câmaras Técnicas e, mediante as dificuldades financeiras da
209 sociedade civil, em relação aos deslocamentos para participar das reuniões do CBH-AT, visto
210 que em alguns lugares este segmento recebe ajuda de custo. Justificou a solicitação devido as
211 reuniões possuírem forte presença do Estado. Comentou também quando se fala em Comitê
212 da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, entende-se que se trata do parlamento metropolitano de
213 São Paulo e que a sociedade civil tem muito a contribuir, seja na indústria, no desenvolvimento
214 ambientalista, sindicato rural, etc. Mencionou a importância do Estado mediante as diversas
215 secretarias com visões diferentes. Disse ainda que esse parlamento das águas é muito rico e
216 é preciso trazer a sociedade civil com suas ideias, alegando que muitas vezes, as ideias
217 colocadas como contribuições não são consideradas satisfatórias. Ainda sobre a denúncia,
218 sugeriu chamar não somente o denunciante como também o promotor com os nomes
219 impróprios ali mencionados. Disse que Francisca Adalgisa, funcionária da SABESP, representa
220 a APU (segmento sociedade civil) no CBH-AT, se pronuncia contra a sociedade civil em defesa
221 do Estado. Amauri Pollachi (SSRH) informou que o assunto em discussão gerou polêmica
222 desnecessária criando obstáculos ao desenvolvimento das atividades do Comitê, que é de
223 planejar e gerir os recursos hídricos da Bacia do Alto Tietê, que este Comitê esteja
224 instrumentalizado e atuante para que esta gestão se desenvolva da melhor maneira possível.
225 Este tipo de manobra diversionista, ao se colocar uma denúncia anônima, enfatiza ser ato
226 covarde devido não ter sido apresentado elementos, e se distancia do objetivo e da essência
227 deste Comitê. Destacou que o(a) denunciante, participante ou não deste CBH-AT, utilizou
228 informações citadas em reuniões plenárias e que foram informadas pelo próprio Amauri,
229 exemplificando os 46 milhões que provavelmente estariam disponíveis neste ano. Amauri
230 mencionou que em contato com o Ministério Público, foi informado pelo promotor que é sua
231 obrigação receber este tipo de denúncia e abrir uma investigação e que não há anexo à
232 denúncia qualquer documento que comprove as informações citadas. Mostrou-se indignado
233 perante a situação que considera repugnante e informou que se há “vírus” dentro deste CBH-
234 AT é necessário extirpá-lo. Francisco Além (CIESP São Paulo) disse que, como representante
235 da sociedade civil, também não concorda com o anonimato da denúncia. Disse ainda os
236 membros representantes do CBH-AT, em todos os segmentos, se manifestem sobre
237 informações particulares de cada um e envie ao CBH-AT, pois este através de sua diretoria irá
238 avaliar os assuntos sugeridos de pauta e posteriormente encaminhar ao Plenário para que
239 ocorram os debates. Chico Brito, em suas considerações, informou ter entendido as
240 indignações das pessoas citadas na denúncia devido ser de fato muito ruim ter seu nome citado
241 em alguma irregularidade, principalmente quando se lida com recurso público. Informou achar
242 ruim um processo de judicialização, devido ao desgaste podendo causar o fechamento de
243 alguma instituição por motivos inconsistentes e aprovou que os conflitos devem ser debatidos

244 até a última instância informando que o CBH-AT é maduro e está aberto a quaisquer tipos de
245 discordâncias. Informou que talvez seja necessário estabelecer uma dinâmica dentro do próprio
246 Comitê para se avaliar o andamento dos objetos deliberados sugerindo criar um instrumento
247 de avaliação de forma permanente. Sugeriu também ter cobrança mútua da eficiência e eficácia
248 dos recursos aplicados, pois se o Comitê delibera o recurso, cabe ao Comitê avaliar o
249 andamento do recurso aplicado. Sobre o projeto da Emplasa, comentou que o ministério público
250 irá apurar o caso, porém sabe-se a certeza de não haver nenhuma irregularidade. Comentou
251 também que o ministério público não avalia eficácia nem eficiência de ninguém, e sim,
252 regularidade e irregularidade. Solicitou serenidade por parte do Comitê pois do contrário, no ao
253 invés de deliberar sobre as políticas públicas de recursos hídricos, iremos transformar o Comitê
254 em palco de guerra e enfatizou que não é este o caso. Propôs que os segmentos do CBH-AT
255 pensem em uma dinâmica de avaliação permanente de monitoramento do que for deliberado
256 neste Comitê. Rui Brasil aderiu a proposta apresentada por Chico Brito informando que uma
257 das razões da alta taxa de mortalidade dos projetos do Fehidro a falta de monitoramento do
258 maior interessado, que é o Comitê. **6. Apresentação sobre a minuta de Deliberação sobre**
259 **a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental;** Solange Wu (Salesópolis) comentou
260 que desde a última gestão, em que teve o Chico Brito como presidente, tinha sido indicada para
261 acompanhar os trabalhos de Educação Ambiental, inclusive do Diálogo Interbacias e comentou
262 que quando esteve presente no referido evento, houve uma manifestação por conta do Comitê
263 Alto Tietê ser o único que não possui a Câmara Técnica de Educação Ambiental. Devido a isto,
264 o Comitê criou um grupo de trabalho voltado para a Educação Ambiental do qual assumiu a
265 coordenação. Comentou que as diretrizes de Educação Ambiental propostas na manifestação
266 ocorrida no evento do diálogo, grande parte foram conduzidas por sua coordenação. Explicou
267 que solicitou à Francisca Adalgisa para assumir esta coordenação devido estar com carga de
268 trabalho extensa. Francisca Adalgisa (APU) e Sérgio Damiani (Secretaria da Educação)
269 apresentaram o histórico de criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental. Explicaram
270 que a necessidade surgiu devido a diversos fatores, tais como: (i) poucos empreendimentos de
271 Educação Ambiental apresentados ao Comitê, e os poucos apresentados, em sua maioria, sem
272 qualidade técnica; (ii) em 2013, na revisão do Estatuto do CBH-AT, a antiga CTEA foi extinta,
273 devido a diversos problemas institucionais de algumas entidades da Sociedade Civil, que não
274 tinham uma participação proativa; (iii) O CBH-AT é o único Comitê de Bacia que não possui
275 uma CT específica sobre o assunto; (iv) Moção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
276 (CRH) nº 03/2010, que recomenda a criação de CTEAs em todos os CBHs; (v) as Políticas de
277 Educação Ambiental; (vi) a Educação Ambiental é o processo de formação da sociedade mais
278 eficiente de se fazer a gestão de recursos hídricos. Discorreram sobre a criação do GT de
279 Educação Ambiental, por solicitação da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação
280 (CTPA). O GT foi composto por representantes da CIESP, Secretaria da Habitação e
281 municípios de Embu das Artes, Taboão da Serra e Salesópolis. A minuta elaborada pelo GT foi
282 encaminhada à CTPA para apreciação e respectiva aprovação em reunião realizada em
283 01/04/2016. Apresentaram também os eventos e atividades que os representantes do GT
284 participaram, como Encontro Estadual das Câmaras Técnicas, videoconferências, Diálogo
285 Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos... A apresentação realizada está
286 disponível no site do CBH-AT (www.comiteat.sp.gov.br / O COMITÊ / Reuniões). Virgílio Farias
287 (MDV) disse que foi um erro suprimir a CTEA e solicitou que a mesma cumpra com os objetivos
288 das Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental. E que existe um grande problema
289 nas escolas, que muitas vezes, não aceitam os projetos de educação ambiental, pois o tema
290 não está na grade curricular das escolas, públicas ou privadas. Hélio Rubens (Sabesp) disse
291 que a recriação da CTEA é um passo importante na amplitude de atuação do CBH-AT e
292 também deve estar focada nos objetivos e prioridades do Plano da Bacia do Alto Tietê. Carlos
293 Souza (ACISE) disse que as ONG's são as principais tomadoras de recursos do FEHIDRO em

294 projetos de educação ambiental porque estas Organizações em geral não fazem obra, e
 295 enfatiza sua ideia de que todo tomador, independente do empreendimento ser de educação
 296 ambiental ou não, deve ser convidado para apresentação dos produtos e resultados para o
 297 CBH-AT, além de disponibilização no site do Comitê. O Presidente Chico Brito esclareceu ao
 298 Plenário que, a pedido dele à Diretoria, pela percepção da complexidade dos assuntos, nesta
 299 Plenária, as minutas de Deliberações seriam apenas apresentadas e aprovadas na próxima
 300 Plenária. Chico Brito lembrou que a CTEA foi extinta na revisão do Estatuto do CBH-AT em
 301 2013 devido aos problemas daquele momento. Segundo ele, ainda existe uma confusão para
 302 muitas pessoas entre Câmara Técnica de Educação Ambiental e dimensão dos projetos de
 303 Educação Ambiental, pois nem todo projeto de EA tem que ter obra, porém, toda obra deve ter
 304 ação de EA, pois sem a conscientização da população não temos resultados efetivos da obra.

305 **7. Apresentação sobre a minuta de Deliberação sobre os critérios de seleção e indicação**
 306 **do Diretor Presidente da FABHAT:** Roberto Terassi (ACISE) lembrou que é contrário a
 307 apresentação dos critérios, pois o cargo é eletivo e não seletivo. Propôs a não apresentação e
 308 o agendamento de uma reunião específica para deliberar este assunto. O Presidente disse que
 309 é certo que o Francisco Piza, Diretor em exercício na Presidência da FABHAT, não pode
 310 continuar nesta condição. Mas, devemos estabelecer os critérios para seleção, de acordo com
 311 o Estatuto do CBH-AT. Francisca Adalgisa (APU) e Jumara Bocatto (AEAIS) defenderam a
 312 apresentação dos critérios para que todas pessoas possam entender melhor o assunto.
 313 Colocado em votação, a maioria foi favorável pela apresentação, com dois votos contrários e
 314 uma abstenção. Amauri Pollachi (SSRH), Secretário do CBH-AT e Coordenador da CTPA,
 315 apresentou o histórico de elaboração da minuta sobre os critérios de seleção e indicação do
 316 Diretor Presidente da FABHAT e esclareceu que não é necessária uma reunião com pauta
 317 única para deliberar o assunto, mas sim, uma Deliberação específica, conforme o Estatuto do
 318 CBH-AT. Lembrou que no Plano de Trabalho do CBH-AT, aprovado pela Deliberação nº
 319 06/2014, esta atribuição ficou à cargo da CTPA. Na reunião Plenária de 09/12/2015 foi decidido
 320 que seis representantes do Plenário (dois por segmento) auxiliariam a CTPA na proposição de
 321 critérios e que este grupo fizesse visitas de *benchmarking* às Agências de Bacias de outros
 322 Comitês, como PCJ e Paraíba do Sul. Explicou a personalidade jurídica da FABHAT e seu
 323 estrutura. Relatou algumas das principais atribuições da FABHAT como braço executivo do
 324 CBH-AT: (i) atividades de Secretaria Executiva do CBH-AT; (ii) órgão técnico das APRMs; (iii)
 325 elaboração dos Relatórios de Situação; (iv) gestão do SGI; (v) cobrança pelo uso da água; (vi)
 326 apoio a elaboração de projetos FEHIDRO; (vii) elaboração e revisão do Plano da Bacia; dentre
 327 outros. Lembrou que, atualmente, a FABHAT conta com apenas cinco funcionários, tornando
 328 impossível exercer todas as atividades. Discorreu sobre os Presidente anteriores da FABHAT
 329 e que todos eles foram escolhidos sem critérios, por indicação direta, pois os Estatutos
 330 anteriores não previam o estabelecimento de regras. Para elaboração dos critérios de seleção
 331 do Diretor Presidente, o Grupo se baseou nas atribuições da Agência e também na pergunta:
 332 “que tipo de Agência o Comitê deseja?”. Explanou sobre as principais propostas do Grupo
 333 sobre o processo em geral de seleção: (i) condução do processo por uma Comissão de
 334 Processo Seletivo (CPS), a ser instituída por membros do Plenário; (ii) Edital público para
 335 seleção de candidatos; (iii) Termo de Referência para contratação de uma empresa de recursos
 336 humanos para dar apoio ao processo, considerando o número esperado de candidatos e que
 337 o CBH-AT e FABHAT não possuem profissionais especializados em recrutamento, seleção e
 338 análise de perfil de pessoal. A apresentação realizada está disponível no site do CBH-AT
 339 (www.comiteat.sp.gov.br / O COMITÊ / Reuniões). O Presidente informou que a próxima
 340 reunião Plenária será no dia 20/05, às 9h, na SABESP Ponte Pequena – Av. do Estado, 561 –
 341 São Paulo, para deliberar sobre as duas deliberações apresentadas nesta reunião e
 342 apresentação da previsão de reuniões e pautas do CBH-AT até o fim deste ano. **8. Outros**
 343 **assuntos:** Virgílio Farias (MDV) disse que está tramitando na Assembleia Legislativa um PL

344 que versa sobre a mudança da Lei Estadual de Recursos Hídricos, dado a uma Deliberação do
345 CRH. Segundo ele, conforme a Lei, o CRH está agindo além de sua competência. Então,
346 propôs que o CBH-AT encaminhe à Assembleia Legislativa um pedido de suspensão deste
347 Projeto de Lei. Disse também que o Estatuto do CBH-AT está em desconformidade com a Lei,
348 em especial aos Subcomitês, pois a Lei disse que os Subcomitês podem deliberar sobre
349 assuntos de seu peculiar interesse e que isso deve ser revisto no Estatuto. Nada a mais a se
350 tratar, o Presidente declarou a reunião por encerrada. Esta ata constitui o resumo dos registros
351 de filmagem da reunião e foi elaborada pela Secretaria Executiva do CBH-AT.
352